RICRI
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Paradiplomacia científica: histórico da atuação do Estado de São Paulo na cooperação científica internacional e o papel da FAPESP

Mariana Paula Lopes de Oliveira [*†], José Blanes Sala [†], Danilo Garnica Simini [‡]

†Universidade Federal do ABC - UFABC
‡Universidade de Ribeirão Preto - UNAERP
*Autor correspondente. E-mail: mariana.mplo@gmail.com

Resumo

O presente artigo visa compreender a paradiplomacia, especialmente no âmbito científico, assim como as teorias e conceitos que permitem seu desenvolvimento. Para isso, analisa-se o tema da paradiplomacia, seus conceitos e classificações. Por fim, é explorada a atuação do Estado de São Paulo na promoção da cooperação internacional por meio do Plano de Relações Internacionais 2011-2014 do Governo do Estado de São Paulo, principalmente no que tange ao desempenho da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, uma das principais agências de apoio à pesquisa do país, no fomento à cooperação internacional científica, e de que forma as estratégias desenvolvidas impactam na visibilidade internacional do Estado de São Paulo.

Palavras-chaves: Paradiplomacia, São Paulo, Cooperação Internacional Científica, FAPESP

1. Introdução

O presente artigo tem como tema principal o fenômeno da paradiplomacia, em particular no campo científico. Para a sua análise se fez um recorte do período de 2011 a 2014, anos abrangidos no Plano de Relações Internacionais do Governo do Estado de São Paulo, publicado no Decreto nº 57.932 em 2 de abril de 2012[1].

Ao se abordar a performance do Estado de São Paulo no campo da paradiplomacia científica, a atuação da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP) é essencial, sendo a Fundação uma das principais agências no país, com intensas colaborações internacionais em CT&I. Inicialmente buscou-se explorar o fenômeno da paradiplomacia a partir dos aspectos teóricos que o possibilitam. Nos

1. O presente artigo corresponde a uma versão aprimorada do Trabalho de Conclusão de Curso da primeira autora apresentado junto ao curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC) com modificações de conteúdo e formatação feitas pelos outros dois autores.

tópicos seguintes o foco é a atuação do Estado de São Paulo na promoção da cooperação científica internacional, principalmente através da atividade da FAPESP no período proposto, uma vez que podemos contar com dados já bem consolidados.

2. Paradiplomacia e relações internacionais

Desde o surgimento do Estado Nacional entendia-se este como o principal ator responsável por promover a cooperação, o desenvolvimento, o comércio e a diplomacia. Dada a diluição da força dos Estados Nacionais, abre-se mais espaço para a ação de governos subnacionais no âmbito internacional em relação à influência da política externa, emergindo assim o fenômeno da paradiplomacia. Este termo começou a ser utilizado no início dos anos 1980, tendo o grego naturalizado canadense Panayotis Soldatos (1990) difundindo a expressão para designar a atividade internacional desenvolvida entre entes políticos não-centrais situados em países distintos.

Outros autores também definiram o conceito de paradiplomacia. Ivo Duchacek Duchacek (1990, 37), por exemplo, a define como "[...] a entrada direta ou indireta de governos não centrais no campo das relações internacionais." Na literatura brasileira, José Vicente da Silva Lessa Lessa (2007, 38) a define como "[...] política deliberada de delegação de responsabilidades em face da crescente complexidade dos assuntos que afetam regiões fronteiriças e das especificidades dos interesses locais." Estas são apenas algumas definições encontradas na literatura. Mas, para além da contribuição destes autores, uma das definições mais utilizadas do termo é a de Noé Cornago Prieto Cornago Prieto (2004, 251):

> A paradiplomacia pode ser definida como o envolvimento de governo subnacional nas relações internacionais, por meio do estabelecimento de contatos, formais ou informais, permanentes ou provisórios (ad hoc), com entidades estrangeiras públicas ou privadas, objetivando promover resultados socioeconômicos ou políticos, bem como qualquer outra dimensão externa de sua própria competência constitucional.

De qualquer forma, independentemente da definição a ser adotada, deve-se ressaltar que o estudo da paradiplomacia ainda se utiliza do conceito de Estado nacional enquanto referencial, já que o próprio termo traduziria a ideia de que essa atuação seria paralela à diplomacia tradicional. Neste contexto, existe uma concepção de que a atuação internacional dos entes subnacionais e a diplomacia tradicional estariam lado a lado. Contudo, essas atuações podem gerar conflitos, ao contrário da ideia que se pode ter acerca de atuação paralela. Aliás, "[...] as próprias expressões frequentes no estudo do fenômeno relevam o referencial do Estado nacional, das suas características e das ações políticas" (Matsumoto 2011, 30). Expressões como "governo subnacional", "unidade infra estatal", política externa federativa", "diplomacia constituinte", "micro-diplomacia", "governos não-centrais" ou "atores livres de soberania" confirmam esta ideia.

Além da problemática relacionada ao termo paradiplomacia e a utilização do Estado nacional enquanto referencial, há também outros autores que apresentam críticas ao próprio conceito de paradiplomacia, tendo alguns, inclusive, apresentado novos termos. Brian Hocking (2004) utiliza a expressão "diplomacia de múltiplas vias" ou de "múltiplas camadas". O autor afirma que a utilização do termo paradiplomacia se mostra perigosa, já que reforçaria possíveis conflitos entre a atuação internacional

dos entes subnacionais e o governo central. Por isso, entende que a diplomacia não deveria ser considerada uma forma de atuação segmentada entre diversos atores no Estado, mas sim um sistema onde as diversas atuações se relacionam no interior da estrutura estatal. Maria Clotilde Meirelles Ribeiro (2008) ao analisar o pensamento de Brian Hocking acerca da diplomacia de múltiplas vias ou de múltiplas camadas afirma que o autor:

> Define o fenômeno como intensivo, extensivo e permanente, frente à atividade dos atores da paradiplomacia e aos recursos que estes possuem, muitas vezes superiores aos recursos dos governos centrais. E destaca, ainda, a importância da paradiplomacia, que toca todos os domínios da ação internacional dos governos centrais, incluindo as questões militares, de cooperação, de desenvolvimento e de direitos humanos, tendo ainda os atores paradiplomáticos um papel essencial na atração de investimentos estrangeiros (Ribeiro 2008, 161).

Na literatura brasileira tem-se Gilberto Rodrigues (2004, 40) que utiliza a expressão "política externa federativa", que seria "[...] a estratégia própria de um estado ou município, desenvolvida no âmbito de sua autonomia, visando a sua inserção internacional, de forma individual ou coletiva." Gilberto Rodrigues também afirma que outros termos são utilizados, tais como diplomacia federativa e cooperação internacional descentralizada ou federativa. A primeira foi criada pelo Ministério das Relações Exteriores como forma de identificar a atuação internacional de estados e municípios brasileiros, já a segunda constitui uma expressão utilizada pela literatura especializada, também adotada pela Subchefia de Assuntos Federativos da Presidência da República no Brasil, para indicar as ações internacionais de entes locais por meio de cooperação internacional, através do princípio da subsidiariedade.

Interessante notar o papel que a União Europeia (UE) e suas instituições desempenharam no progressivo alcance da paradiplomacia, sendo a UE um fenômeno internacional que criou a sua própria lógica jurídica comunitária, dando espaço para diversas formas de atuação das entidades subnacionais com outras entidades equivalentes de Estados nacionais estrangeiros ou mesmo diretamente com os próprios Estados nacionais estrangeiros. Assim o descreve José Blanes Sala (2004) ao comentar o longo caminho até chegar à criação do Comitê das Regiões:

> Durante la mayor parte de la existencia de la Comunidad las intervenciones han venido siendo extrainstitucionales. Entendemos que en la medida en que consiguieron transformarse en institucionales obtuvieron una fuerza y un peso mucho más importantes que mientras permanecían ante sus puertas, pero el largo recorrido extrainstitucional comunitário es el responsable por la nueva forma de participación interna. Las regiones tuvieron que vertebrarse para poder acceder a formas participativas de mayor intensidad, y esa estructuración tanto horizontal como vertical será el objeto de nuestro estudio en adelante (Sala 2004, 182).

Para além dessas questões, podemos pensar em tipologias da paradiplomacia. Paquin (2004) aponta que o fenômeno paradiplomático pode se constituir em paradiplomacia do comércio, paradiplomacia dos processos de integração regional e a paradiplomacia identitária. Esta classificação foi feita pelo autor tomando como critério a direção central das ações internacionais dos entes subnacionais.

A paradiplomacia do comércio guarda relação com a crise econômica dos anos 1970 e 1980. Neste período, há o incentivo de estratégias orientadas para o livre comércio como importante agente indutor de desenvolvimento, o que leva à busca pela

atração de empresas internacionais. Assim, na paradiplomacia do comércio, os entes subnacionais atuam internacionalmente com o objetivo de aumentar as exportações e atrair investimentos estrangeiros. Contudo, a paradiplomacia do comércio, na visão de Paquin (2004), também guarda relação com o tema da infraestrutura, conforme interpretação feita por Maria Clotilde Meirelles Ribeiro:

> A paradiplomacia também diz respeito à infra-estrutura. Hoje, na Europa, a maioria dos projetos de infra-estrutura é decidida no plano local e regional e, frequentemente, com a cooperação da região e das cidades fronteiriças que interagem cada vez mais entre si. Assiste-se, assim, à criação de super-regiões que formam largas entidades econômicas que transcendem a soberania nacional. As regiões fronteiriças implantam políticas de fronteira para estender a infra-estrutura de comunicação e de estradas, a exemplo dos governos do Quebec e do Estado de Nova York que, consoante Paquin, negociaram diretamente para melhorar o comércio do corredor Norte-Sul, falando-se até em construir um train de grande vitesse (trem de alta velocidade, TGV), situação similar a que ocorre entre a Catalunha e a França, com o TGV que em breve assegurará a ligação entre Barcelona e Montpellier. (Ribeiro 2008, 163).

A paradiplomacia da integração regional, por sua vez, é aquela ligada aos fenômenos da internacionalização e de regionalização. Maria Clotilde Meirelles Ribeiro (2008) ao analisar este tipo de paradiplomacia, à luz da classificação proposta por Paquin, afirma que os processos de integração regional acabam transferindo a soberania nacional para o plano regional, fazendo com que entes subnacionais se mobilizem por meio da atuação internacional para a conquista de um papel maior na arena regional. Por fim, ainda no que se refere à tipologia proposta por Paquin (2004), tem-se a paradiplomacia identitária. Neste tipo de paradiplomacia a atuação internacional pode ser interpretada como parte integrante do processo de construção da nação, atuação que busca o reconhecimento e a legitimidade na arena internacional.

Outro autor importante nos estudos de tipologia da paradiplomacia é Duchacek (1990). O autor apresenta três tipos de paradiplomacia utilizando como critério sua dimensão geopolítica: a paradiplomacia regional transfronteiriça, a paradiplomacia transregional e a paradiplomacia global. É justamente neste novo critério referente à geopolítica para se estabelecer a tipologia da paradiplomacia que reside a importância de Duchacek. A paradiplomacia regional transfronteiriça é aquela presente nas cidades ao longo da fronteira onde ocorrem contatos fronteiriços que acontecem, principalmente, em razão da proximidade geográfica, a qual gera problemas semelhantes a exigir soluções parecidas. A paradiplomacia transregional é a que ocorre entre entes subnacionais que não são vizinhos geograficamente, mas cujos governos nacionais possuem relação de vizinhança. Por fim, a paradiplomacia global é a que se refere aos contatos estabelecidos entre entidades subnacionais e governos centrais estrangeiros, centros financeiros, industriais e culturais localizados fora do país, em outros continentes.

Soldatos (1990) classifica a paradiplomacia em global ou regional, sendo que esta, por sua vez, se subdivide em macro-regional ou micro-regional. A paradiplomacia global recebe esse nome porque os entes subnacionais tratam de temas relativos ao sistema internacional como um todo. Por isso, o termo global é utilizado no sentido funcional ao invés de geográfico (Ribeiro 2008). O próprio autor reconhece que este tipo de paradiplomacia não é comum, pois ordinariamente os governos subnacionais tratam

de temas de interesse local. Por outro lado, a paradiplomacia regional como o próprio nome indica diz respeito à atuação dos entes subnacionais onde há o enfrentamento de questões regionais. De acordo com Soldatos (1990), a paradiplomacia regional pode ser macro-regional ou micro-regional. A paradiplomacia macro-regional ocorre quando entes subnacionais tratam de temas relacionados à comunidades que não são contíguas, já a paradiplomacia micro-regional ocorre quando os temas enfrentados dizem respeito a comunidades que são geograficamente contíguas.

Além desta tipologia, Soldatos (1990) também classifica as ações internacionais em cooperativas e paralelas. Esta classificação possui por critério a relação entre os governos locais e o governo federal. As ações cooperativas são aquelas desenvolvidas por meio de coordenação do governo federal, já as ações paralelas não são feitas de modo conjunto entre entes subnacionais e governo federal, podendo ocasionar conflitos entre as esferas de governo envolvidas. Outra classificação é proposta por Soldatos (1990), desta vez tomando como referência os tipos de internacionalização. Nesta classificação, há a internacionalização de caráter passivo e a internacionalização de caráter ativo. Partindo desta divisão, Soldatos trabalha com a ideia de cidade-espaço e cidade-ator. Maria Clotilde Meirelles Ribeiro (2008, 171–172) ao analisar essa classificação feita por Soldatos explica:

> Outra abordagem tipológica trazida por Soldatos identifica dois tipos de internacionalização: a de caráter passivo e a de caráter ativo. Essa abordagem tem como base a observação comparativa de cidades da Europa, dos EUA, e do Canadá. A partir daí o autor faz uma distinção entre cidade-espaço e cidade-ator, conforme os critérios que as cidades atendem em seu processo de internacionalização e o grau de intensidade da presença de tais atributos. A cidade-espaço é a que se encontra envolta pelas forças e fluxos internacionais, mas com envergadura de ação prioritariamente regional, não acolhendo instituições e serviços de importância estratégica, a exemplo de grandes organismos e firmas internacionais, serviços estratégicos, etc. A cidade-espaço tem um desenvolvimento internacional de caráter subalterno e frágil. A cidade-ator apresenta uma atividade internacional muito dinâmica, acumulando diversos atributos que a distinguem da cidade-espaço, tal como um conjunto de serviços de suporte às atividades-chave de cunho econômico-internacional, com grandes escritórios internacionais de advocacia, firmas de auditoria e escritórios de arbitragem internacionais, instituições financeiras e bancárias de grande porte, sofisticada infra-estrutura de transporte, telecomunicações, etc. Ela recebe elites dirigentes de todo o mundo e, de modo sistemático, é sede de encontros e de diversos tipos de atividades internacionais. Além disso, uma cidade-ator sedia grandes organizações estrangeiras, firmas, instituições científicas e organismos internacionais-chave, incluindo representações diplomáticas, consulados, representações comerciais e turísticas, além de organizações não-governamentais.

Além da tipologia, outro tema importante diz respeito aos interesses e determinantes da paradiplomacia, já que a análise da atuação internacional dos entes subnacionais exige que se investiguem estes importantes fatores como forma de se melhor compreender o fenômeno. De acordo com Carlos Higa Matsumoto (2011), interesses, determinantes e condições são conceitos diversos, mas muitas vezes são tratados como sinônimos. Em relação aos interesses da paradiplomacia, afirma que "o pressuposto para se lançar ao exterior está obviamente relacionado ao fato de o gestor subnacional decidir, baseado em preferências, que sua máquina administrativa deve atuar internacionalmente" (Matsumoto 2011, 42). Contudo, conforme ressalta o próprio autor, nem sempre o interesse, por si só, possibilita a atuação internacional.

> Nesse sentido, é possível analisar as causas da paradiplomacia por duas óticas: uma pelo lado

> do interesse das elites locais (econômicas, políticas, culturais, etc) e outra pela visão das determinantes (interdependência global, domesticação da política externa, assimetria das unidades federadas, etc). Essas formas de análise são complementares e de igual importância. Somente as determinantes presentes não implicam necessariamente numa atuação internacional (ou a falta de determinantes pode concorrer com a existência da atividade paradiplomática em determinada cidade, tratar-se-á disso ao final da dissertação), apesar de a probabilidade de acontecer seja remota. Da mesma forma, os interesses isolados não perpetuam uma atuação internacional, apesar de empreendimentos como esses serem possíveis. Pode-se entender também que as determinantes influenciam os interesses e vice-versa, o que torna ainda mais difícil a tentativa de trabalhar esses dois componentes de forma separada. De modo geral, compreende-se os interesses como variáveis intervenientes e as determinantes como variáveis explicativas da paradiplomacia, a relação entre essas variáveis ocorrem mais ou menos nos termos do que Soldatos convencionou chamar de segmentação perceptiva e objetiva. De forma mais genérica, essa relação poderia ser identificada como a responsividade dos governos locais aos cidadãos e às condições (geográficas, econômicas, políticas, culturais) presentes, que fazem parte da sua tomada de decisão. (Matsumoto 2011, 43).

No que diz respeito aos interesses na paradiplomacia, Matsumoto (2011) afirma, com fundamento em Michelmann e Soldatos (1990), que há motivações econômicas, políticas, culturais e de meio-ambiente, sendo que as motivações econômicas são unanimidade nas análises feitas até o presente momento, não obstante a existência de diversas outras motivações. Michelmann se baseou nos estudos de caso de sete países que integram a obra organizada por ele e por Soldatos. Matsumoto (2011, 44) ao analisar a obra de Michelmann afirma:

> Na dimensão econômica, ele lista os interesses da exportação, de atração de investimento externo, de destino turístico internacional, de defesa de pequenas e médias empresas e de estrutura econômica do país. Na dimensão política, são assinalados os interesses de prestígio dos governantes, político-partidários, de posicionamento político, de separatismo (protodiplomacia), de afirmação de identidade com fins políticos e de pressão de política interna. Na questão cultural, são levantadas as motivações para recuperar laços históricos, para compartilhamento étnico de regiões transfronteiriças e nas questões de cooperação internacionais nas áreas de educação e de cultura. Por fim, ele aponta a motivação ambiental, caracterizada pelo interesse das unidades subnacionais em se defenderem de desastres naturais quando ocorrem em regiões de fronteira ou o desafio global de solução de problemas ecológicos.

Obviamente os interesses existentes são muitos e variáveis. A literatura internacional indica que os temas predominantes na atuação internacional dos entes subnacionais são comércio, investimentos, tecnologia, energia, meio ambiente, turismo, intercâmbios culturais, políticas migratórias, tráfico de drogas, epidemias e políticas sanitárias, sendo que estas pautas também prevalecem no contexto brasileiro (Vigevani 2006). Como se vê, a existência da paradiplomacia no campo científico é apontada pela literatura, inclusive no caso brasileiro. Feitas tais considerações, passemos à análise do Plano de Relações Internacionais do Governo do Estado de São Paulo de 2011 a 2014, tendo em vista tratar-se de documento importante relacionado à paradiplomacia científica.

3. O Plano de Relações Internacionais 2011-2014 do Governo do Estado de São Paulo

No âmbito da atuação internacional do Estado de São Paulo foi publicado o Decreto nº 57.932/2012 que instituiu o "Plano de Relações Internacionais 2011 - 2014 do

Governo do Estado de São Paulo". No Anexo a que se refere o artigo 1º do decreto citado, é estabelecido no item 1 os contextos internacional e nacional que embasaram o Decreto. Primeiramente, por uma perspectiva histórica, retomando a formação e internacionalização de Estados soberanos nos séculos XVII e XVIII, a emergência das primeiras organizações internacionais no século XIX, e as organizações não governamentais (ONGs) no século XX. Nesse sentido, o século XXI é marcado pela maior abertura do campo das relações internacionais para os Estados federados. Segundo o texto, as razões estimuladoras da interação e ação do poder local no ambiente internacional são a flexibilização das fronteiras em virtude da globalização, a expansão dos mercados e a facilidade com a qual os Estados federados compreendem os interesses locais para a formação de políticas públicas. O termo usado para essa ação dos governos não centrais nas relações internacionais é de diplomacia federativa (SÃO PAULO 2012).

Quanto às políticas domésticas no período do Decreto, é feita a afirmação de que o Brasil é reconhecido como um ator com vocação global, dessa forma, demandando internacionalização de suas entidades públicas e privadas. Ao mesmo tempo que a América Latina, assim como Oriente Médio e Ásia são compreendidos como eixos vitais da economia global(SÃO PAULO 2012).

O texto do Decreto nº 57.932/2012 ainda menciona o Brasil como um mercado consumidor amplo que desfruta de estabilidade macroeconômica e baixo grau de vulnerabilidade a choques externos e domésticos, e São Paulo como o núcleo econômico do país que precisaria estar pronto para as demandas globais. Na época, a expectativa para o crescimento do PIB paulista era de 4,5% ao ano entre 2012 e 2015, e a fonte potencializadora para isto seria a rede estadual de ensino em todos os níveis, em destaque as instituições de nível técnico e superior, assim como os investimentos do governo de SP em pesquisa e formação de pessoal.

Para responder a esses desafios, a estratégia do Governo de SP seria a adoção de ações de internacionalização por todas as Secretarias Estaduais do Governo, a demandar iniciativas como convênios de cooperação, divulgação internacional de suas atividades, e atração de investimentos e intercâmbio de boas práticas com parceiros estrangeiros.

Quanto aos objetivos gerais, prioridades e metas específicas do Plano de Relações Internacionais 2011-2014 do Governo do Estado de São Paulo, o documento apresenta 03 objetivos gerais da ação internacional do Governo, e ao todo 16 prioridades e 54 metas específicas, entre elas, cabe-se destacar alguns objetivos e metas no que abrange este artigo:

> OBJETIVOS GERAIS (...) Elevar o nível de participação do Estado de São Paulo no contexto da intensificação do papel regional e global do Brasil; Contribuir para a governança democrática e o desenvolvimento de parcerias entre os povos. (...) Adotar programas de intercâmbio e cooperação nas áreas econômica, científica, técnica, tecnológica, cultural e comercial, entre as secretarias estaduais e atores internacionais, como Estados soberanos, entidades subnacionais, organizações internacionais, Organizações Não Governamentais (ONGs), empresas multinacionais, entre outros; (...) Qualificar a mão de obra e preparar os cidadãos paulistas para a inserção nos mercados globais, especialmente fomentando a inovação, o empreendedorismo, o ensino de idiomas, a formação técnico-científica e a inclusão social;
>
> Metas específicas Fortalecer a educação profissional do Estado de São Paulo através da adoção de programas de cooperação internacional que permitam o desenvolvimento técnico

> e científico dos recursos humanos e do estabelecimento de parcerias entre as Faculdades de Tecnologia (FATECs) e Escolas Técnicas Estaduais (ETECs) com instituições internacionais, visando a transferência tecnológica, partilha de material bibliográfico e didático, intercâmbio de professores e alunos, capacitação, assistência técnica e organização de eventos científicos, técnicos e tecnológicos (Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia);
>
> Criar condições para que o investimento em Pesquisa e Desenvolvimento em São Paulo atinja 2% do PIB estadual e incentivar, através da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e das universidades e centros de pesquisa, a internacionalização da pesquisa científica e tecnológica, da inovação e do conhecimento paulista (Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia); Estimular o investimento de empresas estrangeiras em centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação, de caráter público ou privado, localizados no Estado de São Paulo (Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia); (...)
>
> Ampliar o papel do Estado de São Paulo no fortalecimento econômico e competitivo do Brasil no mundo, priorizando a eficácia governamental, a eficiência de negócios, a ampliação e qualificação da infraestrutura e o desenvolvimento econômico (Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia; Secretaria de Gestão Pública; Secretaria de Logística e Transportes; e Secretaria de Transportes Metropolitanos); (...)
>
> Adotar o Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação; criar o Sistema Paulista de Parques Tecnológicos (SPTec); promulgar a Lei de Inovação Paulista e o monitoramento de seu impacto; expandir a Rede Paulista de Incubadoras de Base Tecnológica e fortalecer o Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Funcet) com o objetivo de aumentar a competitividade da economia de alto valor agregado, de promover o desenvolvimento do Estado e de contribuir para a melhoria da posição do Brasil na América Latina em matéria de inovação, ciência e tecnologia (Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia) (SÃO PAULO 2012).

Alinhadamente aos objetivos, prioridades e metas do Plano de Relações Internacionais 2011-2014 do Governo do Estado de São Paulo, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), e suas relações de cooperação e parceria com universidades, centros de pesquisa, agências de fomento à pesquisa, empresas e outras instituições, colaborou e continua colaborando com o cumprimento das intenções do Governo do Estado de São Paulo, no que tange à pesquisa científica, tecnológica e de inovação de SP. No próximo item do artigo será dado maior foco na ação da FAPESP e o fomento à cooperação internacional em matéria científica.

4. A FAPESP e o fomento à cooperação internacional em CT&I

No livro "FAPESP 50 Anos – Meio Século de História", organizado por Shozo Motoyama (2015), é mencionado como durante a época da criação da FAPESP, se tornava necessário o financiamento da pesquisa no Estado de São Paulo devido a diversos fatores como: o crescimento da economia, expansão urbana e uma agricultura competitiva. Sendo assim, São Paulo como o Estado mais industrializado, modernizado e com a maior comunidade científica do país, sentia a necessidade de apoio e financiamento à investigação científica e tecnológica. Atualmente, a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) é considerada uma das principais agências de fomento à pesquisa científica e tecnológica do Brasil, sendo a agência ligada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado de São Paulo e com autonomia garantida por lei.

Embora fundada somente em 1962, sua origem remonta à década de 1940. Em 1942, no contexto da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, surgia um esboço

de uma instituição que apoiasse à pesquisa científica a partir do financiamento de projetos e bolsas de pesquisa, tendo na liderança Jorge Americano, o então reitor da Universidade de São Paulo (USP) que atuou na criação dos Fundos Universitários de Pesquisa para a Defesa Nacional (FUP). Já no término da Segunda Guerra Mundial, os FUP, que haviam se tornado Fundos Universitários de Pesquisa, quase já não mais existiam, sendo a sua extinção definitiva em 1952.

No ano de 1947, foi elaborado o documento "Ciência e Pesquisa – Contribuição de Homens do Laboratório e da Cátedra à Magna Assembleia Constituinte de São Paulo", documento este feito por pesquisadores e professores universitários que foram liderados por Adriano Marchini (engenheiro civil, que também foi um dos idealizadores do Instituto de Pesquisa Tecnológicas) e João Luiz Meiller. O documento objetivava que os deputados da Assembleia Constituinte de 1947 encarassem e identificassem a necessidade da criação de uma fundação que pudesse impulsionar a ciência e a tecnologia no Estado de São Paulo, tal documento levou à redação do artigo 123 da Constituição Estadual de 1947 (FAPESP 2023e).

No mesmo ano, em 3 de outubro, o Projeto de Lei 248/47 sobre a criação da Fundação Paulista de Pesquisas Científicas foi apresentado pela bancada liderada pelo então deputado Caio Prado Júnior, porém, embora houvesse uma grande mobilização da comunidade científica, a retomada do projeto ocorreu somente no ano de 1959 (FAPESP 2023e).

Em janeiro de 1948, um projeto substitutivo ao Projeto de Lei 248/47 foi apresentado pelo deputado Lincoln Feliciano, que foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e na Comissão de Educação e Cultura, entretanto, apesar dos esforços, não foi votado na Assembleia Legislativa. Em julho do mesmo ano, houve a proposta pelo governador do Estado de São Paulo, Adhemar de Barros de outro projeto, o 337, e passava o papel da criação da Fundação para o Executivo (FAPESP 2023e).

Em 1955, tendo como base o projeto de 1947, houve o projeto de lei 37/55 propondo a criação da Fundação Paulista de Amparo à Pesquisa, remetendo ao artigo 123 da Constituição Estadual de 1947 e seguindo para a Assembleia Legislativa. Entretanto, o governador recém eleito Jânio Quadros retirou o projeto. Nesta época,havia um difícil relacionamento entre cientistas e políticos (FAPESP 2023e).

O próximo governador Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto criou uma Comissão visando "elaborar os estudos que permitissem cumprir o preceito constitucional, organizando e fazendo funcionar a Fundação prevista no Artigo 123". No próximo ano (1958), um anteprojeto foi desenvolvido por cinco deputados, liderados pelo deputado Cid Franco, aliados à representantes acadêmicos apontados pelo então reitor da Universidade de São Paulo. Este anteprojeto tratava de uma tentativa de regulamentação do Artigo 123. E, em 23 de outubro de 1959, o Anteprojeto de Lei foi concluído pela Comissão criada por Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto e foi aceito pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Já em novembro de 1959, foi apresentado à Assembleia Legislativa o projeto 1.953 pelo governador Carvalho Pinto que reafirmava a aplicação da concepção mais ampla possível da pesquisa e o princípio de não haver interferência nas questões internas da instituição, assim como a limitação das despesas administrativas a 5% do orçamento da fundação (FAPESP 2023e).

O projeto 1.953, em junho de 1960, teve o apoio de cerca mil pesquisadores e docentes da USP que firmaram um memorial solicitando rapidez na sua tramitação a fim de ser formalizada a criação de uma fundação paulista com foco em pesquisa. Em 18 de outubro do mesmo ano foi editada a Lei Orgânica n. 5.918 autorizando o Poder Executivo a estabelecer a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, instituindo suas finalidades, recursos e organização.

Finalmente, em 23 de maio de 1962, foi promulgado o Decreto 40.132 que aprovou os estatutos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), instituindo a finalidade, origem e uso dos recursos financeiros (com os gastos administrativos limitados a 5% do orçamento), assim como a organização da agência. O parecer quanto a personalidade jurídica da FAPESP foi concebido por Miguel Reale, que era filósofo, jurista, político, professor universitário e por duas vezes foi reitor da USP (1949-1950 e 1969-1973). Miguel Reale foi um defensor da autonomia do Estado de São Paulo contra as interferências do governo federal (FAPESP 2023e).

Assim como em seu início, atualmente a estrutura de gestão da FAPESP é formada por um Conselho Superior e um Conselho Técnico-Administrativo. Ao Conselho Superior, formado por doze membros, com mandato de seis anos, compete a orientação geral da FAPESP, tal como as decisões superiores de política científica, administrativa e patrimonial. Entre os doze membros do Conselho Superior, seis são indicados através de livre escolha do governador do Estado de São Paulo e outros são escolhidos por ele com base em listas tríplices eleitas pelas universidades estaduais paulistas e pelas instituições de ensino e pesquisa, públicas e particulares, com sede no Estado de São Paulo. Já o presidente e o vice-presidente do Conselho Superior são indicados pelo governador do Estado a partir de listas tríplices eleitas pelos conselheiros e possuem mandatos de três anos. O indicado, além de ser presidente do Conselho Superior, também é o presidente e representante legal da fundação (FAPESP 2023d).

A Diretoria Executiva da FAPESP é constituída pelo Conselho Técnico- Administrativo da Fundação, composta pelo Presidente, pelo Diretor Científico e pelo Diretor Administrativo. Assim como parte dos membros do Conselho Superior, os diretores são indicados pelo governador de acordo com listas tríplices, porém, estas são elaboradas pelo Conselho Superior, tendo mandatos de três anos e havendo a possibilidade de reeleição (FAPESP 2023d).

No âmbito da Diretoria Científica, a FAPESP conta com Coordenações de Áreas para cada grande área do conhecimento. Essas são responsáveis por coordenar o processo de análise de mérito das propostas submetidas à FAPESP, sendo as áreas: Ciências da Saúde, Biologia, Ciências Agrárias e Veterinárias, Engenharia, Física, Astronomia, Química, Geociências, Matemática e Computação, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Humanas e Sociais, e Inovação Tecnológica. As coordenações são formadas por membros de confiança do Diretor Científico, e são selecionados mediante um abrangente procedimento às lideranças acadêmicas de cada área (FAPESP 2023b).

Além das Coordenações de Áreas, também existem as Coordenações Adjuntas nas áreas de: Ciências da Vida, Ciências Exatas e Engenharias, Ciências Humanas e Sociais, Arquitetura, Economia e Administração, Equipamentos Multiusuários (EMU), Pesquisa para Inovação, Programas Especiais e Colaborações em Pesquisa, e Programas de

Divulgação Científica – Ética e Integridade em Pesquisa. E também as Coordenações de Programas: Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (CEPIDs), Programa de Melhoria do Ensino Público, Programa de Mídia Ciência (Jornalismo Científico), Programa de Pesquisa em Políticas Públicas, Programa de Pesquisas em Caracterização, Conservação, Recuperação e Uso Sustentável da Biodiversidade do Estado de São Paulo (BIOTA), Programa FAPESP de Pesquisa em Bioenergia (BIOEN), Programa FAPESP de Pesquisa em eScience e Data Science, e Programa FAPESP de Pesquisa sobre Mudanças Climáticas Globais (PFPMCG) (FAPESP 2023b).

Atualmente, a FAPESP adota uma sistemática para classificar suas atividades de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico do Estado de São Paulo, sendo essas atividades separadas em seis grandes grupos:

- i. Formação de Recursos Humanos para Ciência e Tecnologia: Trata-se da concessão de bolsas regulares para estudantes de graduação e pós- graduação, tanto no país quanto no exterior, desde que não tenham vínculo com outros projetos de pesquisa. As modalidades no país são Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado, Doutorado Direto e Pós-Doutorado, já no exterior são Bolsas de Pesquisa no Exterior (BPE) e Bolsas Estágio de Pesquisa no Exterior (BEPE).
- ii. Pesquisa para o Avanço do Conhecimento: Dividido em duas categorias, de longo prazo e de curto prazo. Ambas abrangendo o apoio à pesquisa básicae aplicada, sendo as modalidades de longo prazo Projetos Temáticos, os programas Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (CEPID), São Paulo Excellence Chair (SPEC), Auxílio à Pesquisa Jovem Pesquisador (JP) e Projetos Especiais, e Auxílios à Pesquisa e Bolsas a eles vinculados. E as modalidades de curto prazo: Auxílio à Pesquisa Regular e Auxílios Pesquisador Visitante, Publicações, Participação ou Organização de reuniões científicas e Bolsas vinculadas aos Auxílios.
- iii. Pesquisa para Inovação: Composto por um conjunto de programas de pesquisa orientados à colaboração entre empresas e universidades ou institutos de pesquisa, assim como o fomento da inovação tecnológica no Estado de São Paulo. Sendo os Programas: Programa de Apoio à Pesquisa em Parceria para Inovação Tecnológica (PITE), Centro de Pesquisa em Engenharia/Centro de Pesquisa Aplicada (CPE/CPA), Programa Pesquisa Inovativa em Pequenas Empresas (PIPE) e o Programa Apoio à Propriedade Intelectual (PAPI), e também Auxílios à Pesquisa e Bolsas a eles vinculados.
- iv. Pesquisa em Temas Estratégicos: Formado por programas para fomento da formação de grupos de pesquisa sobre temas os quais são considerados estratégicos para o desenvolvimento, tanto do Estado de São Paulo, quanto do Brasil, e visando também modernizar os Institutos de Pesquisa do Estado. Os programas são: Programa FAPESP de Pesquisas em Caracterização, Conservação, Restauração e Uso Sustentável da Biodiversidade (BIOTA-FAPESP), Programa FAPESP de Pesquisa em Bioenergia (BIOEN), Pesquisa em Mudanças Climáticas Globais, Programa FAPESP de Pesquisa em eScience e Data Science, Programa de Pesquisa em Políticas Públicas, Programa Ensino Público e Modernização dos Institutos Estaduais de Pesquisa, e Auxílios à Pesquisa e Bolsas a eles vinculados.
- v. Apoio à Infraestrutura de Pesquisa: Grupo formado por um conjunto de programas que visam garantir a infraestrutura necessária para a continuidade de pesquisas. Sendo eles: Programa Equipamentos Multiusuários, FAPLivros, Reparo de Equipamentos, de Apoio à Infraestrutura, Reservas Técnicas Institucionais e Acesso à Rede ANSP e Programa SciELO.
- vi. Difusão do Conhecimento Científico, Mapeamento das Unidades de Pesquisa no Estado e Estudos sobre o Estado Geral da Pesquisa em São Paulo: Composto por iniciativas de divulgação científica da FAPESP objetivando: Informar os resultados e impactos socioeconômicos dos investimentos públicos em pesquisa científica e tecnológica aos públicos de interesse da instituição; divulgar as orientações de política científica da FAPESP; e atividades para avaliar o resultado e desempenho das atividades de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico; mapear, no Estado, as unidades de pesquisa existentes; e analisar o andamento do estado geral da pesquisa no Estado de São São Paulo (FAPESP 2023c).

Além das ações em cenário nacional, a FAPESP também é responsável pelo fomento a colaborações em pesquisa entre pesquisadores do Estado de São Paulo e de outros países. Para que isso possa ser realizado a agência conta com inúmeros acordos com agências e órgãos financiadores de pesquisa; instituições de ensino superior e de pesquisa; empresas; e associações e organizações multinacionais de cerca de 37 países, além das parcerias nacionais. Embora os acordos firmados viabilizem mais facilmente a colaboração entre pesquisadores do Estado de São Paulo e de outros países não são um requisito para possíveis colaborações internacionais, e os pesquisadores apoiados a partir de bolsas e auxílios da FAPESP são estimulados a desenvolver colaborações internacionais. Os acordos com os quais a FAPESP trabalha podem ser classificados em dois tipos:

1. Acordos oferecendo financiamento inicial ("seed fund"), principalmente para intercâmbio de pesquisadores e estudantes e para pequenos seminários. Neste caso, o parceiro estrangeiro é geralmente uma universidade ou uma instituição de pesquisa.
2. Acordos que oferecem financiamento pleno para projetos de pesquisa selecionados em conjunto pela FAPESP e pela agência ou empresa parceira. Neste caso, o parceiro estrangeiro é geralmente uma agência de fomento ou um laboratório industrial de pesquisa (FAPESP 2023a).

Uma modalidade que pode ser destacada, com o objetivo de fomentar e promover o avanço da pesquisa científica através do engajamento de pesquisadores vinculados a instituições de pesquisa do Estado de São Paulo com pesquisadores parceiros do exterior é o SPRINT – *São Paulo Researchers in International Collaboration*. No âmbito de colaborações internacionais em pesquisas, o SPRINT fornece financiamento para a fase inicial, desde que a próxima fase seja a apresentação de propostas de pesquisa nas modalidades regulares da FAPESP, de forma que seja dada continuidade na pesquisa e que a parceria seja consolidada, permitindo também colaborações com parceiros de instituições que não aderiram formalmente à edição do SPRINT (FAPESP 2023f).

Conforme tabela abaixo (Tabela 1[2]), de acordo com a Biblioteca Virtual da FAPESP, até 22 de julho de 2023, a FAPESP já apoiou 505 Auxílios à pesquisa modalidade SPRINT e há 87 auxílios à pesquisa em andamento com pesquisadores vinculados a instituições do exterior.

Tabela 1. Apoio FAPESP em números

Quantidade	Apoio FAPESP
87	Auxílios à pesquisa em andamento
505	Auxílios à pesquisa concluídos
592	Todos os auxílios à pesquisa

Fonte: Biblioteca Virtual da FAPESP - SPRINT – *São Paulo Researchers in International Collaboration* (FAPESP 2023g).

2. Quantidades atualizadas em 22/07/2023.

5. Análise dos Relatórios de Atividades Anuais da FAPESP

Nesta seção, pretende-se realizar uma análise da atuação da FAPESP, e por consequência do apoio proporcionado ao Estado de São Paulo e seus reflexos na promoção da colaboração internacional em pesquisa. Para isto, as principais fontes de análise são os Relatórios de Atividades Anuais da FAPESP, entre dos anos de 2011 e 2014, período que também compreende o Plano de Relações Internacionais 2011 – 2014 do Governo do Estado de São Paulo, publicado em 2 de abril de 2012 através do Decreto nº 57.932.

No ano de 2011, que marcou o início das comemorações do Jubileu de Ouro da FAPESP, o Conselho Superior da FAPESP era presidido por Celso Lafer (presidente), Eduardo Moacyr Krieger (vice-presidente) e eram integrantes do Conselho Técnico-Administrativo da Fundação Joaquim José de Camargo Engler (diretor administrativo e no exercício do cargo de diretor-presidente em decorrência do falecimento do titular, Ricardo Renzo Brentani, em 29 de novembro de 2011), e Carlos Henrique de Brito Cruz (diretor científico) (FAPESP 2012).

Em texto escrito por Celso Lafer, o então presidente da FAPESP, no Relatório Anual de 2011, é levantada a questão de que no século XXI, para a comunidade científica mundial, é evidente a necessidade de intercâmbio internacional de estudos e pesquisadores para fins de avanço do conhecimento, e desde os anos 2000, essa é uma das prioridades da FAPESP.

Em um balanço anual, em 2011, foram celebrados 13 novos convênios internacionais pela Fundação, o que representava um avanço dado que o número correspondia aos números dos anos de 2009 e 2010 somados. Além também, da negociação de 17 outros convênios que acabaram sendo firmados nos primeiros cinco meses do ano seguinte. Como fruto das parcerias até a época, 59 projetos de pesquisa internacionais foram apoiados em 2011 e mais 24 foram contratados até maio de 2012. Na Linha Regular de fomento, em 2011, 1.211 projetos constituíam-se como intercâmbio científico de pesquisadores. Considerando o intercâmbio científico internacional, os países com maior número foram: Estados Unidos (305), Portugal (99), Espanha (96), França (95), Itália (70), Reino Unido (72), Canadá (66), Alemanha (51), Austrália (34), Argentina (21), China (20), Holanda e Suíça, com 19 projetos cada, Áustria, México e República Tcheca, com 18 cada, e Bélgica, com 17 projetos. Ademais, havia 13 países na Europa com, no máximo 10 projetos, somando 74 intercâmbios científicos, na América Latina havia outros 12 países com até 10 projetos, totalizando 43 projetos, na Ásia, outros 12 países somavam 38 projetos, e por fim, na África, outros 5 países contavam com 14 projetos (FAPESP 2012).

Como forma de maior exposição da FAPESP, e do Estado de São Paulo no cenário científico internacional, foi realizada de 24 a 26 de outubro de 2011 a primeira edição do evento "FAPESP Week", em Washington, Estados Unidos, contando com a colaboração da *National Science Foundation*, *Ohio State University* e o *Woodrow Wilson International Center for Scholars*. No evento, aproximadamente 150 cientistas norte-americanos assistiram aos debates dos assuntos mais recentes, a época, em uma diversidade de áreas do conhecimento, contando com a presença de pesquisadores dos dois países. Os frutos de iniciativas como essa, colabora para o crescimento do interesse de outros países pela FAPESP, como se nota pela presença de seus pesquisadores nas páginas de respeitadas publicações internacionais (FAPESP 2012).

Na área de cooperação internacional, a FAPESP lançou em 2011 duas chamadas de propostas no âmbito da modalidade de fomento Escola São Paulo de Ciência Avançada (ESPCA), com o objetivo de possibilitar que cientistas do Estado de São Paulo pudessem organizar eventos trazendo para o Estado estudantes de pós-graduação, pós-doutores e demais pesquisadores de outros países (FAPESP 2012).

Celso Lafer destaca que no mundo da diplomacia "não se pode negociar bem sem bom conhecimento, e a FAPESP tem dado sua contribuição para que o Brasil possa negociar bem suas posições nesse campo" (FAPESP 2012, 8), significando que o incentivo ao intercâmbio científico e a colaboração em pesquisa, é a estratégia da FAPESP para o aumento do impacto, qualidade e a visibilidade da ciência produzida no Estado de São Paulo.

No ano de 2011, foram firmados 11 convênios com universidades dos EUA, Canadá, Reino Unido, Espanha e Israel, ademais dos que foram firmados com o *Danish Council for Strategic Research* (DCSR), da Dinamarca, consórcio *UT-Battelle* e a *National Science Foundation*, dos Estados Unidos, Região Provence Alpes Côte d'Azur, da França. Além das diversas visitas de delegações internacionais a FAPESP com interesse em possíveis futuras parcerias, o que demonstra o status da agência, do Estado de São Paulo e do país perante outros países no ramo (FAPESP 2012).

Em vista disso, a intensificação de acordos internacionais de cooperação científica com agências de fomento do exterior, instituições de ensino superior e pesquisa, e multinacionais foram e continuam sendo fundamentais para a inserção e manutenção da posição do Estado no cenário da diplomacia científica.

Enquanto em 2011 foram celebrados 13 novos acordos internacionais, já no contexto de 2014, houve um salto para 38 novos acordos de cooperação assinados com agências de fomento e instituições de ensino e pesquisa do exterior. Elevando assim para 125 o número de acordos internacionais vigentes em 2014. No mesmo ano, também foram contratadas 984 bolsas de estágio de pesquisa no exterior, tendo os bolsistas de pós-graduação e pós-doutorado a chance de estagiar em centros de pesquisa de destaque nos países de destino. Os países mais buscados foram EUA, França, Inglaterra, Espanha e Canadá (FAPESP 2014).

Seguindo na tendência de visitas de delegações científicas de outros países, a FAPESP recebeu delegações de países como: África do Sul, Alemanha, Canadá, Etiópia, Estados Unidos, França, Holanda, Irã, Japão, Peru, Portugal, Reino Unido e Tailândia, representando mais oportunidades que se levariam a novos acordos e manutenção dos vigentes (FAPESP 2014).

A estratégia de eventos com fins paradiplomáticos se mostrou eficiente, e no ano de 2014 a FAPESP Week seguiu sendo realizada, desta vez em Pequim (China), Munique (Alemanha) e Califórnia (EUA). Outros eventos internacionais de destaque em 2014 foram o *Microsoft eScience Workshop*, e o *Workshop on Impacts of Global Climate Change on Agriculture and Livestock*, realizado pelo Programa FAPESP de Pesquisa em Bioenergia (BIOEN) e pela *Bio-based Ecologically Balanced Sustainable Industrial Chemistry* (BeBasic) – programa de pesquisa financiado pelo governo holandês orientado para o desenvolvimento de bioquímicos, biomateriais e biocombustíveis (FAPESP 2014).

No noticiário nacional e internacional, a FAPESP foi mencionada, de maneira

positiva, em 9.166 reportagens. Dentre as citações à FAPESP na imprensa internacional, Celso Lafer destaca um trecho sobre produção científica no Brasil em edição da revista Nature sobre ciência na América do Sul, com data de 12 de junho de 2014, no qual Martyn Poliakoff, vice-presidente da Royal Society, afirma que "a FAPESP é um modelo muito interessante para nós, porque São Paulo é um dos poucos estados no mundo onde o apoio à pesquisa é ligado diretamente ao PIB [produto interno bruto]" (FAPESP 2014).

A estratégia de internacionalização da FAPESP, além de suportar financeiramente a ida de pesquisadores brasileiros para o exterior (em 2014 eram 1.265 bolsas de pesquisa vigentes), a concessão de 17% das bolsas de pós- doutorado para estrangeiros colaborou para a vinda de pesquisadores de bom nível ao Estado de São Paulo, favorecendo o intercâmbio de conhecimento e resultados de pesquisa. Sendo assim, a internacionalização da FAPESP tem obtido consideráveis resultados para a ciência paulista e brasileira, devido ao intercâmbio gerado através das estratégias da Fundação (FAPESP 2014).

Considerando o intervalo de 2011 a 2014, como forma de observar as mudanças no número de publicações, número de citações e porcentagem de publicações que foram citadas uma ou mais vezes, foram elaboradas as seguintes tabelas a partir da plataforma InCites – Clarivate, tal plataforma é uma ferramenta que permite de forma customizada analisar resultados de produtividade institucional ou regional em pesquisa através de citações.

A primeira, considerando um intervalo com a mesma quantidade de anos, porém anterior ao período de estudo deste trabalho (2007 – 2010). Como resultados foram encontrados 13.500 documentos relacionados à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, que foram citados 325.463 vezes e com porcentagem de 94,78% publicações citadas uma ou mais vezes.

Funding Agency	Web of Science Documents	Times Cited	% Documents Cited
Fundacao de Amparo a Pesquisa do Estado de Sao Paulo (FAPESP)	13,499	325,463	94.78%

Figura 1. Número de documentos relacionados à FAPESP entre 2007 e 2010 obtidos junto à plataforma InCites – Clarivate

Fonte: Incites – Clarivate. Filtros: Funding Agencies; Time Period: 2007-2010; Schema: Web of Science; Document Type: Review, Article, Proceeding Paper; Funding Agency: Fundacao de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Ao manter os mesmos filtros, apenas alterando para o período deste trabalho (2011 – 2014), nota-se um considerável crescimento do número de documentos, de 13.499 para 29.764, assim como o número de vezes citados que saltou para 616.752, e a porcentagem de publicações citadas uma ou mais vezes teve um ligeiro crescimento, mas no geral, os resultados são bem representativos.

No gráfico abaixo (Figura 3), pode-se observar a evolução do número de publicações, ano a ano, de acordo com o período anterior ao estudado (2007 -2010) e o período deste trabalho (2011-2014), no âmbito das publicações que de alguma forma

Funding Agency	Web of Science Documents	Times Cited	% Documents Cited
Fundacao de Amparo a Pesquisa do Estado de Sao Paulo (FAPESP)	29,764	616,752	95.81%

Figura 2. Número de documentos relacionados à FAPESP entre 2011 e 2014 obtidos junto à plataforma InCites – Clarivate

Fonte: Fonte: Incites – Clarivate. Filtros: Funding Agencies; Time Period: 2011-2014; Schema: Web of Science; Document Type: Review, Article, Proceeding Paper; Funding Agency: Fundacao de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

tem relação com a FAPESP, como resultados de seu apoio à pesquisa dentro do país e em colaborações internacionais.

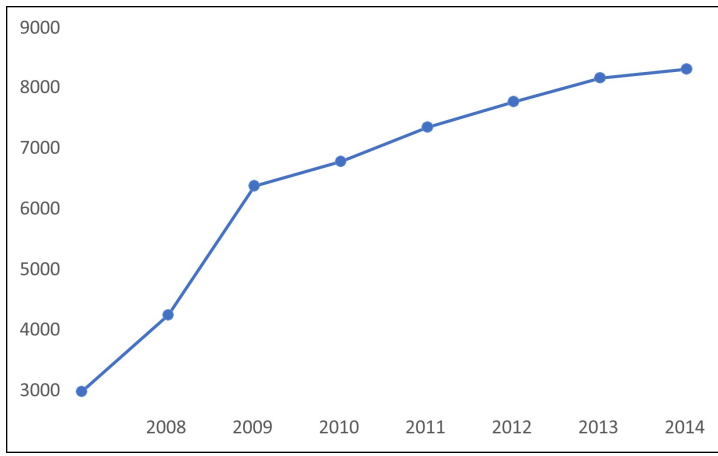


Figura 3. Número de publicações relacionadas à FAPESP entre os anos de 2007 e 2014 obtidas junto à plataforma InCities – Clarivate.

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados obtidos no Incites – Clarivate.

6. Considerações finais

Como observa-se no Brasil, nas principais agências de financiamento à pesquisa, com destaque para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, diversos acordos de cooperação internacional são firmados, e isso, é o que em grande parte possibilita (mesmo que não exclusivamente) os resultados da ciência praticada no Estado de São Paulo.

As ações paradiplomáticas criam e sustentam parcerias, e impulsionam os pesquisadores e a ciência de SP, assim como o estado em si no cenário internacional. Como mencionado no trabalho, o Estado de São Paulo produz metade da ciência do Brasil, as universidades do Estado de São Paulo formam mais doutores do que em quaisquer

outro país latino-americano, e os cientistas de instituições de São Paulo são os que publicam mais artigos científicos na América Latina. Esses indicadores, além de outros, confirmam o sucesso do pesado e constante financiamento à pesquisa do Estado e o acerto da aposta na paradiplomacia científica, especificamente buscando a cooperação internacional nos campos da tecnologia e da inovação, de acordo com os objetivos propostos no Plano de Relações Internacionais 2011-2014 do Governo do Estado.

Por fim, conforme analisado no presente artigo, as atividades de paradiplomacia representam uma interessante estratégia para a ascensão de entes subnacionais que possuem autonomia jurídica e econômico-financeira, como outros estados federados, municípios, universidades e fundações ou institutos de pesquisa, também influenciando na projeção internacional do país ao qual pertencem. No nosso caso, o Brasil resulta fortemente alavancado no plano mundial graças aos esforços do Estado.

Embora as abordagens teóricas que fundamentam a existência da paradiplomacia ainda não experimentem um amplo consenso entre alguns estudiosos mais apegados a um conceito monolítico da representação exclusiva do Estado-Nação mediante o Ministérios das Relações Exteriores, é indubitável que a descrição da atividade paradiplomática no campo da ciência e da cultura aqui exposta, não apenas serve como base para a constatação de que as relações internacionais e as áreas a ela relacionadas estão em constante mudança, como tem garantido nos últimos decênios o avanço dos trabalhos científicos com profunda repercussão no plano econômico e social.

Recebido em: 14/09/2023.
Aprovado em: 24/07/2024.

Referências

Cornago Prieto, Noé. 2004. O outro lado do novo regionalismo pós-soviético e da Ásia-Pacífico: a diplomacia federativa além das fronteiras do mundo ocidental. Em *A dimensão subnacional e as relações internacionais,* editado por Tullo Vigevani et al., xx–xx. São Paulo: Educ; Ed. UNESP; Edusc.

Duchacek, Ivo. 1990. Perforated Sovereignties: Towards a Typology of New Actors in International Relations. Em *Federalism and International Relations: The Role of Subnational Units,* editado por Hans Michelmann e Panayotis Soldatos, xx–xx. Oxford: Clarendon Press.

FAPESP, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. 2012. *Relatório de Atividades 2012 FAPESP.* https://fapesp.br/publicacoes/relat2012_completo.pdf. Acesso em 25 de julho de 2023.

———. 2014. *Relatório de Atividades 2014 – FAPESP.* https://fapesp.br/publicacoes/relat2014.pdf. Acesso em 25 de julho de 2023.

FAPESP, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. 2023a. *Cooperação.* https://fapesp.br/cooperacao. Acesso em 25 de julho de 2023.

———. 2023b. *Coordenações.* https://fapesp.br/coordenacoes. Acesso em 25 de julho de 2023.

———. 2023c. *Estratégias de Fomento à Pesquisa.* https://fapesp.br/6/estrategias-de-fomento-a-pesquisa. Acesso em 25 de julho de 2023.

———. 2023d. *Gestão.* https://fapesp.br/gestao. Acesso em 25 de julho de 2023.

———. 2023e. *Linha do tempo.* https://bv.fapesp.br/linha-do-tempo/. Acesso em 25 de julho de 2023.

———. 2023f. *SPRINT.* https://fapesp.br/sprint. Acesso em 25 de julho de 2023.

———. 2023g. *SPRINT – São Paulo Researchers in International Collaboration.* https://bv.fapesp.br/pt/499/sprint-sao-paulo-researchers-in-international-collaboration/. Acesso em 25 de julho de 2023.

Hocking, Brian. 2004. Regionalismo: Uma Perspectiva das Relações Internacionais. Em *A dimensão subnacional e as relações internacionais,* editado por Tullo Vigevani et al., xx–xx. São Paulo: Educ; Ed. UNESP; Edusc.

Lessa, José Vicente da Silva. 2007. *Paradiplomacia no Brasil e no Mundo: O Poder de Celebrar Tratados dos Governos Não-Centrais.* Viçosa: Ed. UFV.

Matsumoto, Carlos Eduardo Higa. 2011. As Determinantes Locais da Paradiplomacia: O Caso dos Municípios Brasileiros. Tese de mestrado, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília.

Michelmann, Hans e Panayotis Soldatos. 1990. *Federalism and International Relations: The Role of Subnational Units.* Oxford: Clarendon Press.

Motoyama, org., Shozo. 2015. *FAPESP 50 Anos: Meio Século de Ciência.* Acesso em 26 de julho de 2021. https://fapesp.br/publicacoes/2018/fapesp50.pdf.

Paquin, Stéphane. 2004. *Paradiplomatie et Relations Internationales: Théorie des Stratégies Internationales des Régions Face à la Mondialisation.* Bruxelles: Presses Interuniversitaires Européennes.

Ribeiro, Maria Clotilde Meirelles. 2008. A Ação Internacional das Entidades Subnacionais: Teorias e Visões sobre a Paradiplomacia. *Cena Internacional* (Brasília, DF) 10 (2): 160–184.

Rodrigues, Gilberto Marcos Antônio. 2004. A Inserção Internacional das Cidades: Notas sobre o Caso Brasileiro. Em *A dimensão subnacional e as relações internacionais,* editado por Tullo Vigevani et al., xx–xx. São Paulo: Educ; Ed. UNESP; Edusc.

Sala, José Blanes. 2004. La Participación Extrainstitucional de las Regiones Europeas en los Instrumentos de Política Regional Comunitária. Em *A dimensão subnacional e as relações internacionais,* editado por Tullo Vigevani et al. São Paulo: EDUC; UNESP/EDUSC.

SÃO PAULO. 2012. *Decreto nº 57.932, de 2 de abril de 2012. Plano de Relações Internacionais 2011-2014 do Governo do Estado de São Paulo.*

Soldatos, Panayotis. 1990. An Explanatory Framework for the Study of Federated States as Foreign Policy Actors. Em *Federalism and International Relations: The Role of Subnational Units,* editado por Hans Michelmann e Panayotis Soldatos. Oxford: Clarendon Press.

Vigevani, Tullo. 2006. Problemas para a Atividade Internacional das Unidades Subnacionais: Estados e Municípios Brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 21 (62): 127–169.